



2ª Licenciatura em
Educação Especial

Planejamento Educacional Individualizado II

intervenções

Gustavo Martins Piccolo
Jéssica Rodrigues Santos
Thalita Juliana Boni de Mendonça
Carla Ariela Rios Vilaronga
Enicéia Gonçalves Mendes



EDESP-UFSCar

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO II
intervenções



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves

Carolina Severino Lopes da Costa

Clarissa Bengtson

Gerusa Ferreira Lourenço

Juliane Ap. de Paula Perez Campos

Marcia Duarte Galvani

Mariana Cristina Pedrino

Nassim Chamel Elias (Presidente)

Rosimeire Maria Orlando

Vanessa Cristina Paulino

Vanessa Regina de Oliveira Martins



CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Universidade Aberta do Brasil



Coleção: Segunda Licenciatura em Educação Especial

Coordenação: Rosimeire Maria Orlando

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO II

intervenções

Gustavo Martins Piccolo
Jéssica Rodrigues Santos
Thalita Juliana Boni de Mendonça
Carla Ariela Rios Vilaronga
Enicéia Gonçalves Mendes



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2022

© 2022, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

P712p

Planejamento Educacional Individualizado II : Intervenções /
Gustavo Martins Piccolo ... [et al.]. -- Documento eletrônico
-- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2022.
31 p.

ISBN: 978-65-89874-48-5

1. Planejamento educacional. 2. Inclusão escolar. 3.
Educação especial. I. Título.

CDD: 371.207 (20º)

CDU: 378.145

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Mensagem aos estudantes..... | 7 |
| Introdução às unidades..... | 9 |
| 1 Modelos de PEI | 13 |
| 2 Estudo de Caso na implantação de um programa de Planejamento Educativo Individualizado: O caso de Bruno | 21 |
| Síntese e apontamentos futuros | 31 |
| Indicação de materiais para estudos complementares | 35 |
| Referências..... | 37 |
| Súmulas curriculares | 39 |

Mensagem aos estudantes

Nesta disciplina, apresentaremos os fundamentos do Planejamento Educacional Individualizado, concentrando nossas atenções sobre os processos de intervenção a partir desse modelo. O Planejamento Educacional Individualizado é uma prática educacional capaz de promover contínuas e importantes transformações educacionais geradoras de impacto positivo em todas as relações que compreendem o universo escolar, desde a estrutura física até as relações sociais e didáticas propriamente ditas, uma vez que parte do suposto de uma avaliação ampla que considera uma multiplicidade de instâncias interatuantes no processo de aprendizagem do estudante, inclusive o meio externo. Trata-se de vertente pouco desenvolvida em terras brasileiras, sendo esporadicamente utilizada por aqui, ainda que em países como Estados Unidos, França, Itália e Espanha possua larga margem de aplicabilidade e relativo tempo histórico de maturação enquanto ferramenta condutora das complexas relações que envolvem ensino e aprendizagem ao público-alvo da Educação Especial (PAEE). Neste segundo volume que tratamos sobre Planejamento Educacional Individualizado, esperamos que o caminhar por essa vertente seja prazeroso, gerador de dúvidas e questionamentos e que promova a transformação e um repensar das práticas pedagógicas.

Introdução às unidades

A presente disciplina de Planejamento Educacional Individualizado II focará na apresentação de intervenções em sala de aula, objetivando conferir visibilidade às formas pelas quais os processos avaliativos se operacionalizam em intervenções e à consequente transformação dos processos de aprendizagem nos alunos, os quais podem ou não fazer parte do público-alvo da Educação Especial.

Isso posto, acreditamos ser de cardeal importância reenquadrar como primeiro suposto de sua aplicação a própria ideia que fazemos de avaliação. Esta talvez seja a mais inovadora ideia trazida pelo PEI. Ao destacar a avaliação como atividade-meio, e não fim, o PEI confere outra dinâmica ao processo escolar. Desde então, não se é permitido avaliar por avaliar.

Perde-se o sentido em pensarmos processos avaliativos bimestrais, semestrais ou anuais como elementos garantidores da ultrapassagem de um determinado nível de ensino/série a outro sem projetarmos transições no processo de ensino de determinado aluno. Com isso, não estamos destacando que tal prática é incorreta ou deve ser abolida, entretanto, ela não contempla a complexidade do processo que envolve uma avaliação pensada nas estruturas de um Planejamento Educacional Individualizado, tampouco denota um instrumento plasmado na projeção do desenvolvimento como elemento escalar na consubstanciação da humanidade em devir.

É avaliar não para punir, julgar ou disciplinar, mas para poder fornecer o melhor ensino possível a esses alunos, para podermos elevar esses alunos para além daquilo que eles já sabem fazer, pois, como sentenciara Vygotsky (2019), o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento. A avaliação é um processo amplo e de aplicabilidade variada, pois, como ressalta Tannús-Valadão (2010, p. 25),

No campo da Educação Especial, a avaliação, por muito tempo, foi utilizada enquanto um mecanismo para classificação e separação dos alunos frente às demandas escolares. Apesar do caráter histórico negativo da avaliação, o processo avaliativo continua sendo fundamental para embasar as decisões sobre quem são os alunos que irão se beneficiar de serviços educacionais especializados, quais os critérios de elegibilidade dos serviços, que respostas personalizadas são necessárias para as necessidades educacionais especiais dos alunos, que demandas as necessidades dos mesmos têm para a provisão de recursos humanos e técnicos para o manejo de sala de aula, a organização curricular, e, enfim, como será avaliada a progressão do aluno durante seu percurso educacional.

O conjunto desses instrumentos os quais chamamos de avaliação se vincula à apropriação do currículo desejado para todos os estudantes. A especificidade do saber escolar reside justamente no trato com o saber sistematizado, esse é seu objeto nuclear. Claro que são importantes os processos de socialização, a feitura de amizades, os relacionamentos com a comunidade, entre outros. Todos esses componentes fazem parte da vida escolar e mostram-se valorosos, cada qual à sua maneira. Todavia, se eles não estiverem entrelaçados ao domínio das conquistas produzidas pelo gênero humano, de pouco adiantarão as experiências escolares. O saber popular pode ser aprendido no cotidiano e em uma gramática de relações que não demande grande sistematização. Algo inverso ocorre com o saber escolar, pois este se configura a partir de uma série de estruturas pensadas e planejadas com finalidade previamente ideada. É na escola que as ideias ganham gramatura para se revestirem como plataforma de transformação do meio social que nos circunda.

Daí nossa defesa imperiosa de que a instituição escolar pode englobar quase tudo, desde que não perca sua essência, a qual foi definida por Saviani (2003, p. 13) como o “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Acreditamos que o PEI pode contribuir de maneira decisória com esse suposto ao tomar o conhecimento como mola mestra das relações que se desenvolverão por sobre este quando do estabelecimento de interações com os estudantes com deficiência. Esse processo não é simples. Tal qual retrata Glat (2007, p. 42-43),

A inclusão em classes regulares de alunos com deficiências ou outras condições que afetam a aprendizagem não pode ser um processo “espontâneo”. Ao contrário, exige reflexão e planejamento para que sejam identificadas as necessidades de aprendizagem específicas que ele apresenta em sua interação com o contexto educacional, que as formas tradicionais de ensino não conseguem contemplar. Ou seja, não é o aluno que tem que se adaptar ao contexto educacional (como no modelo de integração), mas sim o ensino deverá ser adequado ao aluno. Este é o sentido dos conceitos inter-relacionados de necessidades educacionais especiais e adaptações curriculares.

A reflexão propalada destaca a importância de todos os processos que envolvem a situação do aluno na elaboração de seu planejamento. Educar jamais foi uma tarefa simples e demanda preparo. Alunos diferentes em tempos distintos exigem adequações na maneira de lecionar. Tal ato não se dá por falha docente, mas sim pela razão conhecida de que somos sujeitos em transformação. Tudo na vida é movimento, inclusive aquilo que parece solidificado. Em vista disso, o PEI não pode ser único para todo e qualquer aluno com determinado comprometimento. O comprometimento pode até ser o mesmo, mas o sujeito jamais será, por isso a necessidade de adaptação constante e da realização diuturna de mecanismos avaliativos. Glat, Vianna e Redig (2012, p. 84) salientam que o Planejamento Educacional Individualizado deve considerar o aluno em “seu nível de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos. Também são levadas em consideração expectativas familiares e do próprio sujeito”.

Não por acaso, Tannús-Valadão (2010, p. 103) acentua que o PEI contemple os seguintes elementos:

- a) Triagem e identificação: para verificar se o estudante pode estar experienciando atrasos ou problemas de aprendizagem;
- b) Elegibilidade e diagnóstico: consiste em definir se a criança tem alguma deficiência e se é elegível para os serviços de Educação Especial, além de diagnosticar a natureza específica dos problemas do estudante;
- c) Desenvolvimento do plano educacional individualizado e colocação: visa a fornecer informações detalhadas para desenvolver um plano educacional personalizado e tomar decisões apropriadas sobre a colocação educacional da criança;
- d) Definição de um planejamento instrucional: visa a desenvolver um plano instrucional apropriado às necessidades dos estudantes; e
- e) Acompanhamento: visa a avaliar o progresso do estudante.

Apresentando esses elementos, resta evidente que avaliação e planejamento fazem parte de um mesmo tecido nas práticas escolares. Não há como pensar em um sem recorrer ao outro, e vice-versa. Projetar um planejamento que não mensure aquilo que a criança está aprendendo e como está se dando esse processo de aprendizagem é uma receita fadada ao fracasso. Claro que o ser humano é único, e sua capacidade plástica faz surgir do inesperado eventos marcantes. Todavia, não para pensar práticas educativas sistematizadas de improviso. Escola implica planejar, perceber, reconhecer, mudar, reordenar. É exatamente isso o que propõe o PEI.

Modelos de PEI

Sempre quando apresentamos algo definido como modelo, temos um péssimo hábito de entender que este deve ser pau para toda obra, aplicável para todo e qualquer aluno independentemente da circunstância. Infelizmente, temos de afirmar que na educação isso simplesmente não existe.

Aqueles que querem a aplicação do idêntico não encontrarão nas humanidades um bom lugar de partida. Educação é revolução, transformação e, como qualquer metamorfose, escapa a formas e enquadramentos lineares.

Entretanto, isso não significa que os modelos não apontem caminhos. Aliás, acreditamos que esta seja sua principal e primeva função. Modelos indicam atalhos e experiências pretéritas bem ou malsucedidas que nos permitem visualizar determinada situação de maneira dialogada. E é exatamente sob essa perspectiva que aqui traremos exemplos de intervenção em Planejamento Educacional Individualizado.

Talvez as pesquisadoras que apresentaram uma proposta de intervenção mais robusta e completa de PEI foram Glat e Pletsch (2013), as quais sugerem três níveis de planejamento para a elaboração de um PEI, raciocínio que tomaremos de empréstimo neste momento. A escolha pelo modelo apresentado pelas autoras se dá por ele já ter sido validado anteriormente e estar em absoluta consonância com a preocupação inaugural que destacamos a todo o momento durante este texto, a citar, a necessidade de que os alunos se apropriem dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, os quais, na escola, foram condensados sob a insígnia de currículo escolar. Claro que sabemos de antemão que os currículos se mostram seletivos ao escolher alguns conhecimentos, e não outros; ainda assim, o menosprezo ou relativização de sua importância nada produz de operativo no atual momento em que estamos atravessando, caracterizado pela fragilidade das relações sociais, por uma velocidade de comunicação que tem

se consubstanciado em pobreza de aprendizagem, entre outras mazelas, as quais se mostram manifestas quando da realização de avaliações ou pela empiria do contato com tais sujeitos.

Por isso, um modelo focado na educação escolar atende exatamente ao propósito desta disciplina. Dito isso, passemos ao modelo retirado de Glat e Pletsch (2013, p. 26-31). As autoras dividem o PEI em três níveis de identificação.

Quadro 1 Níveis de planejamento do PEI.

| Níveis | Descrição |
|--------------------------|---|
| Nível I Identificação | Identificação das necessidades educativas dos alunos. |
| Nível II Avaliação | Avaliação das áreas "fortes" e "fracas" do aluno. Neste nível, ocorre a elaboração do PEI entrelaçada com as adaptações curriculares e ambientais (manejo de sala de aula) necessárias para atender ao aluno. |
| Nível III Intervenção | Neste nível, ocorrem a intervenção a partir dos objetivos propostos no PEI e a reavaliação do aluno. |

Fonte: Pletsch e Glat (2013, p. 26).

Segundo Cruz, Mascaro e Nascimento (*apud* KEMPINSKI *et al.*, 2015, p. 25), essas três etapas podem ser definidas da seguinte maneira:

1. A identificação, que é a avaliação preliminar para a identificação do aluno com necessidades específicas, considerando as possíveis adaptações curriculares e mudanças ambientais;
2. A avaliação, em si, denominada de avaliação compreensiva, que busca determinar quais as necessidades educacionais, considerando o que o aluno já sabe. Tais constatações apontam para a elaboração de um Plano Educativo Individualizado (PEI);
3. A intervenção, que é a aplicação do Plano Educativo Individualizado com a reavaliação do aluno.

Com base nessas premissas, Tannús-Valadão (2010) descreve aquilo que deveria fazer parte do PEI. Em suas palavras, o referido planejamento deve conter:

- a) uma descrição do desenvolvimento atual e desempenho acadêmico do estudante;

- b) a especificação dos serviços especializados necessários e de como eles serão coordenados com a frequência na escola e na classe comum, quando for o caso;
- c) uma previsão da participação do estudante em atividades da classe comum;
- d) como será a avaliação dos alunos, incluindo uma definição de como será a participação do estudante nas avaliações padronizadas do poder público;
- e) definição do cronograma de estudo;
- f) especificação de sistemas de transição necessários para ajudar o jovem a se preparar para deixar a escola;
- g) definição das formas de mensuração do progresso do aluno (TANNÚS-Valadão, 2010, p. 103).

O conjunto de indicações foi sintetizado por Glat e Pletsch (2013, p. 28) no quadro a seguir.

Quadro 2 Componentes básicos do PEI.

| Componentes | Descrição |
|---------------------------------------|--|
| Nível atual de desenvolvimento | Obtido por meio de avaliação formal e/ou informal que indique o nível atual de desempenho do aluno, bem como informações sobre sua trajetória escolar. |
| Modalidade de atendimento | Contexto de escolarização do aluno: sala regular, com ou sem suporte especializado; classe especial ou escola especial. Aqui também são analisadas possíveis parcerias com a área da saúde, se for o caso. |
| Planejamento do suporte | Tempo, duração e periodicidade do suporte especializado. |
| Objetivos gerais | Conjunto de metas educacionais anuais a serem atingidas nas diferentes áreas curriculares. |
| Objetivos específicos | Conjunto de objetivos que estabelecem etapas intermediárias entre o nível atual de desenvolvimento do aluno e os objetivos anuais. |
| Avaliação e procedimentos pedagógicos | Crítérios e procedimentos a serem empregados para atingir os objetivos propostos, de acordo com as diretrizes curriculares da instituição para o ano letivo. |
| Reavaliação | Revisão periódica dos objetivos e propostas elaborados para o aluno, a partir de seu desenvolvimento. |

Quadro 2 *Continuação...*

| Componentes | Descrição |
|----------------------|---|
| Composição da equipe | A proposta do PEI é elaborada coletivamente pelos profissionais envolvidos no processo educativo do aluno. O ideal é que, pelo menos, o professor da classe comum e o do suporte especializado (AEE) atuem conjuntamente. |
| Anuência parental | Aprovação do PEI por parte dos pais. O ideal é que eles possam participar, em alguma medida, da elaboração do PEI, bem como, no caso de jovens, os próprios alunos. |

Fonte: Glat e Pletsch (2013, p. 28).

É a partir dessa coleção de elementos que Glat e Pletsch (2013) arquitetam seu complexo inventário de habilidades escolares, o qual pode ser utilizado em diversas situações no sentido de se tentar compreender a realidade pedagógica do aluno, pois estas fornecem pistas para o desenvolvimento de atividades dirigidas e apontam como bússola para aquilo que devemos fortalecer nas habilidades manifestas por alunos e alunas.

Quadro 3 Inventário de habilidades escolares.

Nome do aluno: _____ Idade: ____

Grupo/série/ano: _____

| Habilidades | Realiza sem suporte | Realiza com apoio | Não realiza | Não foi observado |
|---|---------------------|-------------------|-------------|-------------------|
| Comunicação oral | | | | |
| 1. Relata acontecimentos simples de modo compreensível. | | | | |
| 2. Lembra-se de dar recados após, aproximadamente, dez minutos. | | | | |
| 3. Comunica-se com outras pessoas usando um tipo de linguagem (gestos, comunicação alternativa) que não a oral. | | | | |
| 4. Utiliza a linguagem oral para se comunicar. | | | | |

Quadro 3 Continuação...

| Habilidades | Realiza sem suporte | Realiza com apoio | Não realiza | Não foi observado |
|--|---------------------|-------------------|-------------|-------------------|
| Leitura e escrita | | | | |
| 5. Conhece as letras do alfabeto. | | | | |
| 6. Reconhece a diferença entre letras e números. | | | | |
| 7. Domina sílabas simples. | | | | |
| 8. Ouve histórias com atenção. | | | | |
| 9. Consegue compreender e reproduzir histórias. | | | | |
| 10. Participa de jogos, atendendo às regras. | | | | |
| 11. Utiliza vocabulário adequado para a faixa etária. | | | | |
| 12. Sabe soletrar. | | | | |
| 13. Consegue escrever palavras simples. | | | | |
| 14. É capaz de assinar seu nome. | | | | |
| 15. Escreve endereços (com o objetivo de saber aonde chegar). | | | | |
| 16. Escreve pequenos textos e/ou bilhetes. | | | | |
| 17. Escreve sob ditado. | | | | |
| 18. Lê com compreensão pequenos textos. | | | | |
| 19. Lê e segue instruções impressas, por exemplo, em transportes públicos. | | | | |
| 20. Utiliza habilidade de leitura para obter informações, por exemplo, em jornais ou revistas. | | | | |

Quadro 3 *Continuação...*

| Habilidades | Realiza sem suporte | Realiza com apoio | Não realiza | Não foi observado |
|--|---------------------|-------------------|-------------|-------------------|
| Raciocínio lógico-matemático | | | | |
| 21. Relaciona quantidade ao número. | | | | |
| 22. Soluciona problemas simples. | | | | |
| 23. Reconhece os valores dos preços dos produtos. | | | | |
| 24. Identifica o valor do dinheiro. | | | | |
| 25. Diferencia notas e moedas. | | | | |
| 26. Sabe agrupar o dinheiro para formar valores. | | | | |
| 27. Dá troco, quando necessário, nas atividades realizadas em sala de aula. | | | | |
| 28. Possui conceitos como cor, tamanho, formas geométricas, posição direita e esquerda, antecessor e sucessor. | | | | |
| 29. Reconhece a relação entre número e dias do mês (localização temporal). | | | | |
| 30. Identifica dias da semana. | | | | |
| 31. Reconhece horas. | | | | |
| 32. Reconhece horas em relógio digital. | | | | |
| 33. Reconhece horas exatas em relógio com ponteiros. | | | | |
| 34. Reconhece horas não exatas (meia hora ou sete minutos, por exemplo) em relógio digital. | | | | |

Quadro 3 Continuação...

| Habilidades | Realiza sem suporte | Realiza com apoio | Não realiza | Não foi observado |
|---|---------------------|-------------------|-------------|-------------------|
| 35. Reconhece horas não exatas em relógio com ponteiros. | | | | |
| 36. Associa horários aos acontecimentos. | | | | |
| 37. Reconhece as medidas de tempo (ano, hora, minuto, dia, semana etc.). | | | | |
| 38. Compreende conceitos matemáticos, como dobro e metade. | | | | |
| 39. Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) com apoio de material concreto. | | | | |
| 40. Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) sem apoio de material concreto. | | | | |
| 41. Demonstra curiosidade. Pergunta sobre o funcionamento das coisas. | | | | |
| 42. Gosta de jogos envolvendo lógica, como quebra-cabeças e charadas, entre outros. | | | | |
| 43. Organiza figuras em ordem lógica. | | | | |
| Informática na escola | | | | |
| 44. Usa o computador com relativa autonomia (liga, desliga, acessa arquivos e programas). | | | | |
| 45. Sabe usar o computador e a internet quando disponibilizados na escola. | | | | |

Fonte: Glat e Pletsch (2013, p. 28-32).

Expressa essa proposição geral, apresentaremos no próximo módulo um estudo de caso de um PEI aplicado a um aluno específico.

Estudo de caso na implantação de um programa de Planejamento Educacional Individualizado: o caso de Bruno¹

Bruno é um jovem cursando o 9º ano do Ensino Fundamental. No ano de 2018, ingressou em uma escola pública regular no 6º ano, tendo cursado o 6º e 7º anos no formato presencial de ensino. Em 2020, quando estava no 8º ano, passou para o formato remoto de ensino, devido à suspensão das aulas presenciais em função da pandemia da Covid-19.² O jovem respondia atividades impressas com o auxílio da mãe, e a mesma dinâmica foi adotada durante os três primeiros bimestres do ano letivo de 2021. Até o presente momento o estudante nunca havia sido retido neste ciclo de ensino.

O estudante já era conhecido pelos professores da escola e fora avaliado como um estudante que não sabia ler, que estava na escola para socializar. Durante o ensino presencial, era acompanhado por um profissional de apoio para auxiliar na comunicação, deslocamento e higiene pessoal dentro e fora de sala de aula. Era matriculado no contraturno na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), todavia, segundo o relato da professora de Educação Especial (A), Bruno não frequentava o acompanhamento extraclasse.

Bruno era um jovem com Paralisia Cerebral, do sexo masculino, de 19 anos, com quadro de quadriparesia espástica, sem fala articulada e usuário de cadeira de rodas. Além do diagnóstico de Paralisia Cerebral, o jovem também apresentou na escola um laudo constando deficiência intelectual.

1 O estudo de caso em questão é um exemplo real, mas os nomes do estudante e da instituição de ensino são fictícios. Neste tópico será apresentado um exemplo de como elaborar uma meta de ordem pessoal e uma meta de ordem educacional.

2 Momento histórico peculiar que assolou todo o mundo em função do aparecimento de um novo vírus intitulado SARS-COV-2, popularmente difundido como Covid-19.

Com a retomada das aulas no formato presencial, no início do quarto período letivo, foi iniciado o processo de avaliação para elegibilidade do Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

A elaboração do documento de Planejamento Educacional Individualizado (PEI) desse estudante encontra-se em implementação e considerou as etapas previstas para tal de acordo com Rodrigues Santos (2020), que se embasou em Amado e McBride (2001), U.S. Department of Education's Individuals with Disabilities Education Act (2004) e Tannús-Valadão (2010).

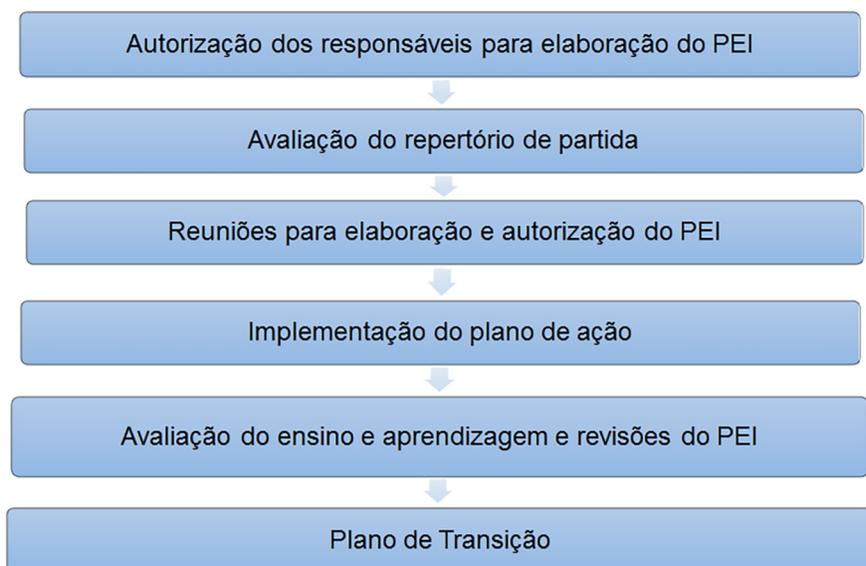


Figura 1 Etapas do Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

Fonte: Rodrigues Santos (2020, p. 117).

Considerando esse entendimento sobre as etapas para elaboração do PEI, a primeira atitude a ser tomada pela equipe escolar foi o convite à família para comunicar a necessidade da escola de iniciar o processo de avaliação para elegibilidade do estudante ao PEI. De acordo com Israel *et al.* (2021), entre as pessoas envolvidas no processo de elaboração do PEI de um estudante, há o papel do Consultor(a) em Inclusão Escolar, que se trata de um

profissional responsável por trazer contribuição a partir do conhecimento sobre a pessoa com deficiência intelectual, viabilizando a elaboração desde os primeiros PEIs do estudante na educação infantil até a fase de

transição para o ensino superior e/ou ensino técnico/tecnológico. Sua função pode ser, também, a de viabilizar a transição entre as etapas de ensino e/ou mercado de trabalho (ISRAEL *et al.*, 2021, p. 33).

As autoras esclarecem ainda que compete ao consultor em inclusão escolar “atuar, orientar e formar a equipe escolar” (ISRAEL *et al.*, 2021, p. 34), todavia, no caso de Bruno, a escola que o jovem estudava não contava com esse profissional, então a incumbência de reunir os demais profissionais da escola para refletir sobre as demandas do estudante em questão recaiu sobre a professora de Educação Especial (B).

Após conversa inicial com a mãe de Bruno, ela concordou que fosse iniciado o processo de avaliação para elegibilidade do PEI, por meio da assinatura do termo no modelo a seguir.

Quadro 4 Autorização para realização da avaliação para elegibilidade do PEI.

| |
|---|
| <p>Autorização para avaliação do repertório de partida</p> <p>Você autoriza que seja iniciado um processo de avaliação pedagógica para identificar se há necessidade da elaboração de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI)?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não</p> <p>Assinatura do estudante:</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do responsável:</p> <p>_____</p> <p>Se houver necessidade de elaborar um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), você autoriza que seja feito?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não</p> <p>Assinatura do estudante:</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do responsável:</p> <p>_____</p> |
|---|

Fonte: elaboração própria com base em Rodrigues Santos (2020), Tannús-Valadão (2010).

Ressalta-se que, em caso de recusa/negativa da autorização para o início da avaliação para elegibilidade do PEI, seja pelo estudante e/ou por seu responsável (família ou tutor legalmente constituído), é findado o processo

de avaliação desse estudante, podendo ser reaberto caso ele ou sua família mudem de ideia e formalmente manifestem o desejo do serviço à instituição de ensino. Quando o estudante for maior de 18 anos, o desejo dele será prioridade no momento da escolha.

Considerando a quantidade de dias letivos que ainda estavam por vir, buscou-se otimizar o processo e respeitar o prazo estipulado pela literatura, que prevê um período de até 60 dias para elaboração do PEI (AMADO; MC-BRIDE, 2001). Sendo assim, aproveitou-se a ocasião da assinatura do termo de autorização para avaliação para elegibilidade do PEI, e no mesmo encontro foi realizada uma entrevista com a mãe do estudante, em que ela foi convidada a responder perguntas que estavam relacionadas a:

- dados pessoais da família – indagações sobre quem residia com o estudante, a presença e/ou ausência de irmãos, a presença e/ou ausência de informações relevantes no contexto familiar, informações sobre quem era a pessoa mais próxima ao estudante e a intensidade da participação da família na vida escolar do filho;
- informações sobre a gestação e primeira infância – perguntas sobre os possíveis problemas na gestação e marcos temporais no desenvolvimento de Bruno, como aquisição da linguagem, movimentos e locomoção. No caso de Bruno foi pontuada a ausência de tais movimentos e da fala, foram relatadas as estratégias que o estudante utilizava para se comunicar e como ele fazia para se locomover;
- perfil sociocultural da família – questionamentos sobre a expectativa dos pais quanto às realizações sociais e educacionais do filho, postura dos pais frente aos desafios do filho, a intensidade de atenção dada aos filhos nos momentos de desenvolvimento da autonomia de alimentação/higiene e locomoção, nível de independência para atividades do dia a dia, preferências do estudante;
- principal preocupação e/ou desejo da família em relação ao seu filho.

Todas as respostas dos pais são levadas em consideração para pensar o plano e os possíveis reforçadores que serão utilizados; todavia, a última pergunta (Qual sua principal preocupação e/ou desejo em relação ao seu filho(a)?) é de suma importância, pois ela será a base para a primeira meta do PEI desse estudante. No caso de Bruno, o desejo manifestado por sua mãe foi o de que as pessoas compreendessem melhor os pedidos de seu filho. A partir desse desejo foi elaborada a primeira meta do PEI de Bruno, que

consistiu em implementar um sistema de comunicação para o estudante. Ao pensar em elaborar uma meta/objetivo, é importante considerar:

1. o repertório de partida do estudante relacionado ao objetivo que se pretende implementar;
2. qual comportamento e/ou habilidade necessita ser ensinado e/ou modificado;
3. em quais condições serão estabelecidos os momentos de intervenção e quem colaborará com essas intervenções;
4. qual critério será estabelecido para avaliar se a meta/objetivo foi alcançado.

No PEI de Bruno, a primeira meta estabelecida foi relacionada à comunicação. Então, foi avaliado o repertório de partida do jovem para utilizar a prancha de comunicação alternativa, e percebeu-se que ele demandava um tempo considerável para pegar uma ficha e colocá-la em outro espaço e que, em contrapartida, ele apontava e tocava nas coisas com o dedo indicador com certa facilidade. Considerando esses testes, foi pensado para o aluno o uso da prancha de comunicação alternativa no tablet. A meta 1 do Plano de Ensino Individualizado de Bruno estruturou-se como visto no Quadro 5.

Foi estipulado, como critério avaliativo para essa meta, que Bruno conseguisse se comunicar de forma autônoma (sem nenhum tipo de ajuda ou orientação), usando a prancha de comunicação alternativa instalada no tablet, por no mínimo dez vezes em situações e com pessoas diferentes. Quando o jovem conseguiu fazer isso, essa habilidade foi considerada dominada pelo aluno.

Quadro 5 Meta 1 (desejo da família) – implementação de um tipo de comunicação alternativa (CA).

| Comunicação | Situação inicial | Níveis que se desejam alcançar com o estudante | Objetivos – prazo | | | Alterações no espaço escolar | | Estratégias metodológicas para alcançar os objetivos |
|-------------------------|--|--|---|---|---|--|--|--|
| | | | Curto | Médio | Longo | Barreiras a remover | Facilitações a implementar | |
| Receber a informação | Via auditiva preservada | | X | X | X | X | X | X |
| Transmitir a informação | Comunica emitindo pequenos ruídos sonoros e apontando o objeto desejado. | Que o estudante consiga perguntar algo e responder um questionamento a qualquer pessoa de seu contexto familiar e escolar. | 1. Ensinar o que é a Comunicação Alternativa (CA) ao estudante e à família. (Duas aulas) 2. Ensinar ao estudante o processo de associação dos criptogramas para CA. (Três aulas) | 1. Encontrar um aplicativo de CA que atenda a demanda do estudante e instalá-lo no tablet. (Planejamento da professora de AEE – apresentar no mínimo três opções ao aluno) 2. Ensinar e treinar o estudante para utilizar o aplicativo no tablet. (Seis aulas) | 1. Estabelecer e melhorar a velocidade do uso do app pelo aluno. (Progressivamente ao longo do ano) | A proibição do uso de celulares, tablets e computadores em sala de aula. | 1. Comprar um tablet para o aluno utilizar na escola. 2. Colocar uma estrutura na mesa do aluno para posicionar o tablet. | 1. Orientar familiares, profissionais da escola e colegas a estimular o diálogo por meio da prancha de comunicação alternativa instalada no tablet. 2. Ensinar ao profissional de apoio que acompanha o estudante o funcionamento do app para que dê suporte ao aluno quando preciso. |

Fonte: elaboração própria.

O mapa para identificar as preferências e demandas do próprio aluno foi adaptado para perguntas de múltipla escolha, de forma que o leitor lia a pergunta e as alternativas para a resposta, e Bruno ia confirmando e/ou negando as possibilidades que lhe eram apresentadas. Dessa maneira foi possível elencar os pontos fortes e fracos do estudante, bem como estabelecer as demandas e acordados entre estudante, família e escola.

Ao identificar as características de Bruno com base na entrevista com o estudante e com sua mãe, foi possível estabelecer orientações e sugestões de estratégias para nortear a ação da gestão escolar em momentos de crise ou emergência relacionados ao estudante, e essas orientações também fizeram parte do PEI do estudante. Outro ponto que foi acrescido ao PEI foram as estratégias universais implementadas na turma regular em que o aluno estudava.

Por se tratar de um estudante que cursava o 9º ano do Ensino Fundamental II e que ainda não se encontrava alfabetizado, fez-se necessário planejar junto à professora de Língua Portuguesa objetivos e estratégias de ensino a serem almejados tanto no contexto da classe comum como no contraturno na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Para isso foram realizados jogos digitais e atividades diferenciadas para identificar o domínio do estudante quanto à leitura e escrita.

Esses testes demonstraram que o estudante conhecia as letras do alfabeto, porém, trocava a ordem de algumas e reconhecia algumas sílabas, em especial as que apareciam em seu nome. Ele conseguia escrever seu nome próprio completo, mas trocava algumas letras do sobrenome em alguns momentos.

Foi observado ainda o esforço físico que o aluno exercia para escrever utilizando os lápis/canetas convencionais, então, foi testado o mesmo tipo de escrita com o recurso de engrossadores de lápis, todavia, não se perceberam alterações significativas no tempo de execução da atividade e/ou na intensidade de esforço dispensada por Bruno.

De acordo com o repertório de partida apresentado por Bruno, foi então planejada uma segunda meta de seu Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para o desenvolvimento do processo de leitura e escrita.

Quadro 6 Meta educacional – ensino da leitura e escrita.

| Objetivo proposto | Alterações no espaço escolar | | Estratégias de ensino para alcançar o objetivo | Modo de implementação | | | Recursos (materiais e humanos) | Forma/ período de avaliação |
|---|---|----------------------------|---|---------------------------------|---|--------------------------|---|--|
| | Barreiras a remover | Facilitações a implementar | | Curto prazo | Médio prazo | Longo prazo | | |
| Ensinar a identificar, por meio de rastreamento, as sílabas sugeridas | 1. O que os professores consideram como resposta do aluno 2. Diversificar a possibilidade de respostas | | Permitir que o aluno selecione as sílabas desejadas em palavras/frases e textos que estejam sendo trabalhados pela turma. | Sílabas dentro de palavras | Sílabas dentro de frases | Sílabas dentro de textos | 1. Implementação do uso do computador como estratégia de escrita alternativa. 2. Utilizar jogos on-line no tablet e notebook para auxiliar a aquisição da fonética dos sons. 3. Ensinar ao profissional de apoio que acompanha o estudante o funcionamento do notebook para que ele dê suporte ao aluno quando preciso. | Avaliar os avanços mensalmente utilizando o recurso do notebook ou tablet. |
| Ensinar a escrita de palavras, frases e textos | 1. Permitir que o aluno digite as palavras/frases e textos ao invés de escrevê-las com caneta. 2. Permitir o uso de sintetizadores de voz para auxiliar na leitura de palavras, frases e textos. | | Escrita de palavras (dez aulas) | Escrita de frases (vinte aulas) | Escrita de pequenos textos (quarenta aulas) | | | |

Fonte: elaboração própria.

Para ensinar o estudante a utilizar o computador como recurso de escrita alternativa, foi necessária a atuação da professora de Educação Especial no contraturno. Foram ensinadas estratégias necessárias e realizados treinos com o estudante para o uso do computador de forma autônoma. As estratégias de ensino para aquisição dessa habilidade também se pautaram em avaliações e teste prévios que resultaram nas seguintes dificuldades:

1. ter domínio ortográfico da escrita do nome próprio;
2. acionar o cursor do mouse óptico e de com ele utilizar a barra de rolagem;
3. selecionar a letra desejada dando um clique no mouse;
4. executar movimento de pinça para conectar o cabo USB;
5. ligar o notebook;
6. manusear o mouse óptico com dificuldade, demorando 27 segundos para colocá-lo sobre a pasta apontada e necessitando de ajuda para selecioná-la;
7. clicar e selecionar pasta usando os mouses (óptico/notebook);
8. identificar o atalho para voltar à atividade;
9. colocar o cursor no começo da linha e selecionar para iniciar a escrita;
10. utilizar duas teclas do teclado simultaneamente;
11. recordar como ativar a barra de espaço;
12. selecionar o local para digitar com o mouse do notebook.

A ausência das habilidades necessárias para utilização do computador como um recurso de ensino de escrita alternativa resultou na implementação de um programa de ensino que buscou ensinar 13 habilidades para que o aluno pudesse aprender a utilizar o computador de forma independente, sendo elas: 1) ligar o notebook; 2) identificar/apontar; 3) acionar o cursor; 4) escolher pasta/atividade; 5) selecionar (item/onde escrever); 6) digitar (palavras/números); 7) utilizar comandos do Word; 8) destacar palavra; 9) colorir palavras; 10) ativar/desativar ledor do Word; 11) salvar atividade; 12) fechar página/pasta; 13) desligar o notebook.³

Ressalta-se a necessidade de que o PEI seja produzido considerando o repertório de partida e as potencialidades de cada indivíduo. O PEI é um caminho para planejar as diferenciações necessárias para que o estudante tenha acesso ao currículo comum. Somente após tentar diversas estratégias

3 Para saber o passo a passo desse programa de ensino por meio da escrita alternativa no computador ler: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16070/11998>

e registrar detalhadamente esse processo é permitido que se cogite a possibilidade de um currículo alternativo.

A elaboração do PEI de forma colaborativa, com uma equipe que inclui o estudante e sua família, todos pautados no diálogo, possibilita que todas as ações realizadas com o estudante busquem um objetivo maior em comum, o desenvolvimento do indivíduo de forma ampla.

Síntese e apontamentos futuros

O presente texto objetivou lançar apontamentos acerca das possibilidades de intervenção com base no Planejamento Educacional Individualizado. Basicamente, constituiu-se de uma introdução aos elementos fundantes do conceito, dedicando-se à análise da avaliação como um dos supostos mais imprescindíveis na configuração de destacado planejamento.

Por óbvio que há muito ainda a ser produzido no escopo do Planejamento Educacional Individualizado, um tema ainda recente em terras tupiniquins, todavia, não podemos esquecer que alguns dos princípios norteadores do PEI se mostram aplicados por professores mesmo que estes muitas vezes sequer se apercebam disso.

Não podemos perder de vista que o primeiro princípio na elaboração de um plano de intervenção baseado no PEI consiste em conhecer detidamente o estudante o qual se deseja avaliar. Para tanto, mostra-se fundamental conhecer suas especificidades, sua família, seus desejos e gostos, conhecimentos estes que diversos docentes tratam como sondagem inicial.

Ademais, o PEI implica de maneira concomitante a compreensão do contexto do estudante, sendo possível entender seu estágio de desenvolvimento pedagógico. Implica a análise dos aspectos comportamentais, da linguagem, da capacidade de raciocínio lógico-matemático, das noções de autocuidado e autonomia e das funções psicológicas superiores. A captação desses elementos, que se mostra quase que um segundo momento do PEI, é encontrada naquilo que chamamos de avaliação diagnóstica da aprendizagem.

Posteriormente à apropriação desse estágio de desenvolvimento é que desenvolvemos as metas da aprendizagem e definimos aonde queremos chegar em termos de aprendizagem com aquele aluno ou aluna. Ora, essa meta deve obrigatoriamente ser variável, uma vez que os alunos

são múltiplos, partem de pontos distintos e se relacionam diferentemente com determinado conhecimento. No que se refere às metas traçadas, é fundamental que estas possam ser divididas em metas de curto, médio e longo prazo, de forma a prever análises constantes e operacionalizadas dos estudantes para se poder mensurar se as ações implementadas de fato estão surtindo resultado.

Não podemos esquecer que as propostas de intervenção do Planejamento Educacional Individualizado devem prever a utilização de recursos de acessibilidade quando necessários e das tecnologias assistivas disponíveis no mercado. Tal condição deve ser entendida como fundamental no sentido de materializar um direito subjetivo do estudante que não pode ser negado sob qualquer argumento ou hipótese.

Aliás, fazer com que os alunos e alunas entendam como direito a reivindicação desses instrumentos é uma das tarefas mais cruciais da escola no que diz respeito à inclusão escolar. Não há inclusão sem transformação dos meios e dos mecanismos garantidores da apropriação do conhecimento escolar. Entretanto, é imperioso lembrar que a acessibilidade de que falamos não pode ser entendida apenas sob uma perspectiva objetiva. É preciso tornar acessível o tempo no qual os estudantes com deficiência realizam determinadas atividades.

Isso não significa que tais estudantes sempre demandarão mais tempo para realizar suas atividades se comparados com outros alunos; todavia, demarcar essa possibilidade como assegurada é compromisso da escola. Se precisar de mais tempo, terá. Para além dessa adequação, cabem destacar a reorganização dos objetivos, quando necessária, e a adequação do próprio conteúdo, sem jamais deixar de considerar que o currículo esperado deve ser apropriado por todo e qualquer estudante, ainda que isso demande a utilização, por algumas vezes, de mecanismos compensatórios.

Por fim, avalia-se todo esse processo, e inicia-se um novo ciclo que projeta novas metas com formas mais avançadas de aprendizagem. O fechamento de um ciclo é prelúdio para abertura de novos caminhos, devendo ser entendidos sob a lógica de abertura de um novo parágrafo, e não como encerramento de atividade por ponto final.

A aprendizagem e o conhecimento são por demais dinâmicos para se conformarem a um estágio final. O conhecimento sempre se projeta na busca de novos saberes. Cabe ao Planejamento Educacional Individualizado nas unidades escolares fazer isso de forma sistematizada e organizada.

Esperamos que o material aqui apresentado contribua no sentido de fornecer possibilidades aos professores de se apropriarem das maneiras pelas quais podemos inserir o Planejamento Educacional Individualizado em suas salas de aula e nas mais distintas intervenções. Claro que é trabalho, mas o resultado seguramente será confortável e fundamental para promover uma transformação em cada sujeito mediado por essas complexas relações pedagógicas.

Indicação de materiais para estudos complementares

Algumas publicações e pesquisas sobre o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) estão on-line e são de fácil acesso. A seguir, colocamos algumas sugestões para quem quiser se aprofundar no assunto.

Artigos

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23 e230076, 2018.

Livros

ISRAEL, B. C. M. et al. *Proposta de consultoria colaborativa em inclusão escolar*. [S. l.]: Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais/Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, 2021.

POKER, R. B. et al. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

Dissertação

SANTOS, J. R. Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/13112/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20J%C3%A9ssica%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20-%20corrigida%202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 fev. 2022

Vídeos na internet

A Inclusão escolar e o Plano Educacional Individualizado (PEI): Educação Especial em pauta. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Cursos Uneac. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXLQ9g-rliQ&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

IX CBEE: CI04 – A importância do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) na educação especial. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Congresso Brasileiro de Educação Especial. Disponível em: : https://www.youtube.com/watch?v=OM2l_61RaaU. Acesso em: 26 fev. 2022.

Live 3 – II Diálogos sobre Inclusão na Educação Profissional: experiências e perspectivas. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal IFSul Transmissões. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SkP6JjKsP4k&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

TUTORIAL para preenchimento do Anexo I – Avaliação Inicial. PCNP Educ. Especial, Lidiane Botteon. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Catanduva NIT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z9VQWLNfSi0&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

TUTORIAL para preenchimento do Anexo II – Plano de Atendimento Individual (PAI). PCNP Edu. Especial. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Catanduva NIT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Mandsph1tM>. Acesso em: 26 fev. 2022

Referências

- AMADO, A. N.; MCBRIDE, M. *Increasing person-centered thinking: improving the quality of person-centered planning – A Manual for person-centered planning facilitators*. Minneapolis: University of Minnesota/Institute on Community Integration, 2001.
- GLAT, R. Adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva. In: Congresso INES: 150 anos no cenário da educação brasileira, 2007, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: INES/Divisão de Estudos e Pesquisas, 2007.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. (org.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.
- ISRAEL, B. C. M. et al. *Proposta de consultoria colaborativa em inclusão escolar*. [S. l.]: Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais/Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, 2021.
- KEMPINSKI, I. V. et al. Plano Educacional Individualizado: uma proposta de Intervenção. *Revista da Sobama*, Marília, v. 16, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2015.
- RODRIGUES SANTOS, J. *Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- SANTOS, J. R.; LOURENÇO, G. F. Programa de treinamento para o uso da escrita alternativa: estudo de caso com um jovem com paralisia cerebral. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 4, p. 3106-3121, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaae.v16iesp.4.16070>. Acesso em: 1 abr. 2022.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.
- TANNÚS-VALADÃO, G. *Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782018000100261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2019.
- VYGOTSKY, L. S. *Obras Completas: Fundamentos de Defectologia*. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. Cascavel: Edunioeste, 2019. t. 5.

Súmula curricular e fotografia



Carla Ariela Rios Vilaronga
Pedagoga (Unesp), mestrado em Educação
(Unesp), doutorado em Educação Especial
(UFSCar).

Endereço para acessar o CV:
<http://lattes.cnpq.br/6536774151778096>
Contato: crios@ifsp.edu.br



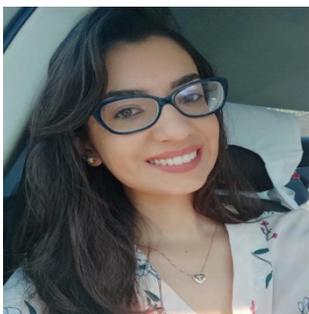
Enicéia Gonçalves Mendes
Doutorado em Psicologia pelo IP-USP
(1995), mestrado em Educação Especial
na UFSCar, graduação em Psicologia na
FCLRP-USP. Professora titular da UFSCar.
Endereço para acessar o CV:
<http://lattes.cnpq.br/3897627554738983>
Contato: eniceia.mendes@gmail.com



Gustavo Martins Piccolo
Doutor em Educação Especial e mestre em
Educação pela UFSCar.
Endereço para acessar o CV:
<http://lattes.cnpq.br/0512045942434827>
Contato: gupiccolo@yahoo.com.br



Jéssica Rodrigues Santos
Professora de AEE pela Secretaria de
Estado de Educação do Maranhão e pela
Prefeitura Municipal de Caxias-MA. Mestre
e doutoranda em Educação Especial pela
UFSCar.
Endereço para acessar o CV:
<http://lattes.cnpq.br/4480385079062549>
Contato: jessicarodr.santos@gmail.com



Thalita Juliana Boni de Mendonça
Pedagoga (UFSCar), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, aperfeiçoada em Análise do Comportamento Aplicada, mestre em Educação Especial pela UFSCar.
Endereço para acessar o CV:
<http://lattes.cnpq.br/5025010005941998>